

Trabalho incompleto



Foto: Bianca Gens

Fernando de Holanda Barbosa Filho

Pesquisador do FGV IBRE, ex-secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Este ano, o Brasil registrará uma recuperação muito boa do mercado de trabalho. Às vésperas do primeiro turno das eleições, o desemprego medido pela Pnad Contínua do IBGE era de 8,9%, inferior ao nível pré-pandemia. Diferentemente de 2021, quando a retomada da economia veio sem uma resposta do mercado de trabalho no mesmo ritmo – o que chamo de *jobless recover* –, este ano o emprego acelerou mais que o PIB. Tal movimento se deveu, em especial, à resposta de setores intensivos em mão de obra que ainda não haviam se recuperado completamente dos efeitos das medidas de isolamento – como atividades culturais, de recreação, educação –, parte deles até superando o nível de atividade anterior ao choque de Covid-19.

Apesar de ser um sinal positivo, esse cenário ainda reflete uma situação frágil. Vale lembrar que, diferentemente do que pode acontecer com outras comparações setoriais, no caso do mercado de trabalho alcançar o nível pré-pandemia não significa exatamente um bom resultado. O cenário do emprego no início de 2020 ainda apresentava sinais de deterioração provocada pela recessão de 2014-2016. Assim, quando observamos que no trimestre móvel encerrado em agosto de 2022, 6,4% do total das pessoas empregadas ainda trabalhavam menos horas do que gostariam, vemos que esse nível é similar ao observado no fim de 2019. Mas tal índice de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas está bem acima do registrado em 2015, por exemplo, quando era de 4,4%. Há outros indicadores, por sua vez, que ainda permanecem piores do que antes da crise sanitária. É o caso do desemprego de longa duração, como é classificado o desemprego de uma pessoa que busca trabalho há 2 anos ou mais, sem sucesso. No segundo trimestre de 2022, esse grupo representava 29,6% do total de desempregados, o maior percentual da série iniciada em 2012.

Além desse quadro qualitativamente preocupante, em 2023 a tendência é de que a redução do índice de desemprego freie, até retroceda.

No ano que vem, não haverá mais a ajuda dos setores que ainda tinham uma margem de recuperação a preencher, e o aumento de juros operado pelo Banco Central para combater a inflação deverá provocar certa contração da atividade. Independentemente do governo que assuma o Executivo federal, espera-se que este opere um ajuste no campo fiscal, contrastando com a política de estímulos operada este ano, colaborando para esse cenário de desaceleração.

O que poderá ser feito, então, para melhorar o mercado de trabalho?

Em primeiro lugar, é preciso apoiar políticas que equilibrem as contas públicas e contenham a evolução da dívida, para tirar o Brasil do caminho do baixo crescimento. Para gerar emprego na quantidade que precisamos, o país tem que voltar a crescer numa taxa mais elevada, de forma consistente. A ausência de um ajuste fiscal estrutural mantém a incerteza elevada e impede um crescimento mais elevado de nossa economia.

Um segundo ponto é não retroceder na reforma trabalhista aprovada no governo de Michel Temer. Mesmo considerando que ainda seja difícil identificar o impacto dessa reforma na atual recuperação do mercado de trabalho – dada a excepcionalidade do período que vivemos desde 2020 –, é fato que ela trará efeito positivo na taxa de emprego, além de já reduzir o custo de formalizar um empregado via diminuição do número de processos trabalhistas, o que também serve como estímulo à contratação. Toda mudança dessa legislação deverá ser incremental,



Fonte: IBGE e FGV IBRE.



Fonte: Pnad e FGV IBRE.

no sentido de trazer mais flexibilidade para um mercado que precisa incorporar novos arranjos – como o do emprego por aplicativo. É necessário garantir a esses trabalhadores, o mais rapidamente possível, mecanismos de proteção com os quais hoje eles não podem contar. O que

não passa, entretanto, por torná-los empregados formais, ou pela criação de vínculo de emprego com essas empresas tecnológicas.

Outro passo importante é incluir um tema que ainda não foi tratado na reforma trabalhista do governo Temer de 2017, que é a de-

Ao pensar numa desoneração geral do trabalho, evitam-se políticas para públicos específicos, que podem gerar efeitos negativos do outro lado da balança

soneração do primeiro salário mínimo na remuneração de todos os trabalhadores formais. Essa medida é essencial para eliminar a cunha fiscal, a diferença entre o que o tra-

balhador recebe e o que a empresa paga. Hoje o salário mínimo chega a representar mais de 75% da renda mediana. O custo de formalizar um trabalhador é alto, tornando-se uma restrição efetiva para a contratação de um trabalhador de baixa qualificação, estimulando a informalidade. Da forma como está hoje, a estrutura de elevado custo trabalhista prejudica o trabalhador pouco produtivo, que tem de se manter no mercado sob condições adversas, enquanto os profissionais qualificados lançam mão da pejotização, em um arranjo tributário vantajoso para eles e para as empresas a quem prestarão seus serviços, mas oneroso para o Estado, que perde arrecadação.

Uma vantagem adicional dessa medida é seu caráter transversal. Ao pensar numa desoneração geral do trabalho, evitam-se políticas para públicos específicos, que podem gerar efeitos negativos do outro lado da

balança. Por exemplo, medidas de incentivo ao trabalho de jovens, que poderão ser contratados à custa do emprego de seus pais. Ou políticas voltadas ao emprego de profissionais mais velhos, que poderão significar prejuízos para os que estão no meio dessa distribuição etária.

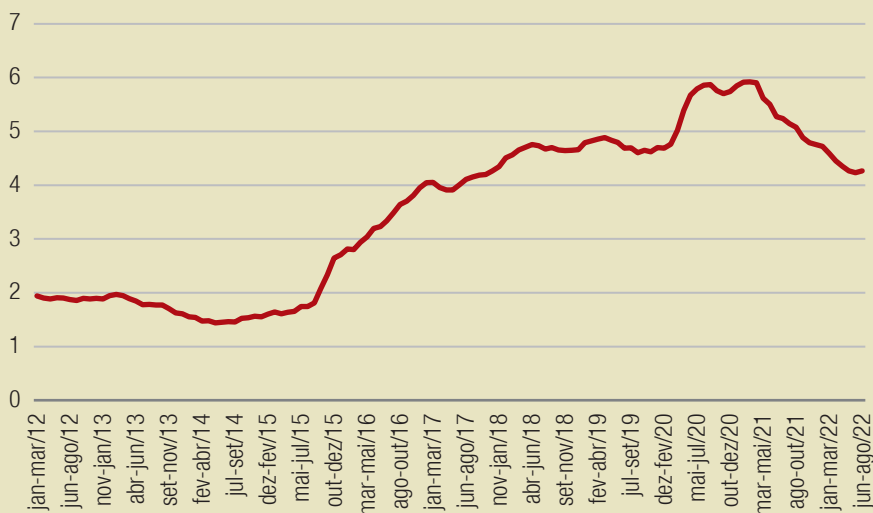
Aprimorar conexões

Além dessas medidas, também é importante que o governo se dedique a aprimorar as políticas de treinamento e intermediação de mão de obra. Sobre esse tema, no FGV IBRE temos apresentado várias análises e propostas, como a de melhorias no Sistema Nacional de Emprego (SiNE). Estas vão de uma melhor classificação do perfil dos trabalhadores à revisão das plataformas digitais do sistema, para garantir o bom funcionamento e incentivar seu uso por empresas e trabalhadores em busca de uma vaga.

Outra iniciativa importante é a de conectar programas de qualificação profissional com a demanda observada nesses sistemas de intermediação, colaborando para o casamento entre oferta e demanda. A profusão de recursos tecnológicos disponíveis para aprimorar esses sistemas, como *machine learning*, é positiva. Somada a uma maior interação entre os setores público e privado para ampliar a eficiência das políticas ativas de mercado de trabalho, seriam grandes aportes que o governo poderia capitanear em busca de uma melhora do mercado de trabalho nos próximos anos. ▣

Desalentados

Em milhões



Fonte: Pnad e FGV IBRE.